



Diciembre 2016 - ISSN: 1988-7833

A ESPACIALIDADE E HISTORICIDADE DO 'JARDIM' A Usina Santana como eixo de mudanças espaciais no bairro Santana, Teresina-PI

Thiago Coelho Silveira¹

Doutorando em História (UNISINOS) e em Mestre em História do Brasil (UFPI)

Fagno da Silva Soares²

Doutorando em História Social (UFF) e em Geografia Humana (FFLCH/USP)

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Thiago Coelho Silveira y Fagno da Silva Soares (2016): "A espacialidade e historicidade do 'Jardim' A Usina Santana como eixo de mudanças espaciais no bairro Santana, Teresina-PI", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (octubre-diciembre 2016). En línea: <http://www.eumed.net/rev/ccss/2016/04/jardim.html>

Resumo: O artigo trata de um estudo sobre o bairro Santana, em Teresina-PI, cujo objetivo reside em analisar como se dá a relação entre a (re)organização espacial do bairro e a Usina Santana S/A, importante empreendimento açucareiro da cidade. A localização espacial desta empresa permitiu que se criasse uma relação peculiar entre os moradores, o bairro e a própria empresa. No decorrer da pesquisa, foram analisadas fontes escritas e orais, permitindo concluir que a Usina agiu direcionando a (re)organização espacial do bairro, alterando o modo como as pessoas se ligam ao espaço habitado.

Palavras-chave: História. Organização Espacial. Bairro.

Abstract: The article deals with a study on the Santana district in Teresina-PI, whose goal is to analyze how is the relationship between the space (re)organization of the neighborhood and Usina Santana S/A, important undertaking sugar city. The spatial location of this company allowed it created a special relationship between the residents, the neighborhood and the company itself. During the research, analyzed written and oral sources, allowing to conclude that the plant acted directing the space (re)organization of the neighborhood, changing the way people connect to the living space.

Keywords: History. Space Organization. Neighborhood.

¹ Doutorando em História (Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em História do Brasil (IESM) e em Docência do Ensino Superior (FAM). Graduado em História (UESPI), Pedagogia (ISEPRO) e Filosofia (UEMA). Pesquisador do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória-IFMA. Tem experiência na área de História e Pedagogia, desenvolvendo pesquisas em torno de temas como: cidade, memória, ensino e literatura. E-mail: silveiratc@hotmail.com

² Doutorando em História Social pela UFF, doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo-FFLCH/USP, mestre e especialista em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí-UFPI, professor de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA/Campus Açailândia. Líder do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória-IFMA. Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Oral NEHO/USP e Grupo Trabalho Escravo Contemporâneo GPTEC/UFRJ. E-mail: fagno@ifma.edu.br

Introdução

Na realidade, cabe pensarmos as diferenças expressas na paisagem enquanto manifestações das contradições que estão no cerne do processo de produção do espaço. A cidade diferencia-se por bairros, alguns em extremo processo de mudança [...].

(CARLOS, 2008, p. 36)

A pesquisa sobre o passado do bairro Santana³ foi se mostrando cada vez mais empolgante, pois fez com que utilizássemos uma diversidade de fontes que tangenciam o objeto e que tornam o trabalho bem complexo; além do fato de sabermos que estamos estudando um objeto que até então passou despercebido aos olhos da pesquisa acadêmica. Entendemos e percebemos que o processo de urbanização do Santana não acontece na velocidade desejada, nem no mesmo ritmo que outras áreas urbanizadas da capital. O bairro está inserido no chamado “Grande Dirceu” e, embora date do início do século XX – ao menos como povoado, ele ainda carece de cuidados.

Assim como o Santana, a região do “Grande Dirceu” é um espaço social e historicamente repleto de preconceitos e exclusões. Segundo Regianny Lima Monte (2010), o Dirceu foi “construído para abrigar uma população de baixa renda, [...] contava com alguns serviços regulares como abastecimento d’água e energia elétrica, entretanto os maiores problemas estavam ligados ao processo de deslocamento da população” (2010, p. 71).

A criação do Dirceu, no final da década de 1970, está inserida no plano de ampliação de uma série de políticas que objetivavam reduzir o déficit habitacional da cidade, ao mesmo tempo em que empurrava para mais longe os pobres que moravam na zona leste (ARAÚJO, 2009). Nesse mesmo período teremos mudanças na organização espacial do Santana, embora ele permanecesse distante social e espacialmente dos olhares da ação pública. Diante disso, nosso olhar para o bairro permite que o percebamos como um espaço socialmente cheio de significados, construído cotidianamente pelas pessoas que o habitam e que, nas palavras de Pierre Mayol (1996),

[...] surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele *a pé saindo de sua casa*. Por conseguinte, é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma *caminhada*, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência (1996, p. 41, grifo do autor).

³ O termo Santana é uma categoria tomada a posteriori, pois no período analisado neste texto, encontramos as denominações Povoado Usina Santana e Jardim Europa, que correspondem ao espaço do atual Santana.

Dessa forma, caminhando pelas ruas e pelo passado do Santana percebemos que o seu processo de urbanização passa por algumas etapas e que não se conclui no recorte temporal analisado, sendo possível identificar dois momentos: primeiro, a mudança de prédio da Usina e o reordenamento espacial da população; segundo, a presença da atuação do poder público municipal na região de maneira efetiva a partir da segunda metade da década de 1990. Privilegiamos, nesta breve narrativa, a situação do bairro na passagem dos anos 70 aos 80.

Os caminhos do Santana na passagem dos anos 70 aos 80

A história do Santana está ligada à instalação da Usina Santana S/A. Esse empreendimento ocupou dois prédios diferentes durante os anos de sua existência e em torno desses foram se formando habitações para seus trabalhadores, determinando decisivamente a organização espacial do local e o modo como as pessoas viviam. Quando da instalação do primeiro prédio da Usina⁴ em 1906, houve uma necessidade de dar condições de moradia para os seus trabalhadores (BASTOS, 1994). O proprietário Gil Martins dava a cada um seu pedaço de terra. Ressalte-se que esse fato não se constitui enquanto doação, pois a formalização legal não ocorria. Dessa forma, os laços que os trabalhadores mantinham com a Usina pela relação de assalariamento, se estendia ao espaço das habitações. Uma vez que o trabalhador deixasse de trabalhar no empreendimento, deveria deixar o bairro ficando aquela residência para ser ocupada por quem viesse a substituí-lo. Isso fica evidente quando analisamos o processo de (re)organização espacial do bairro, pois os moradores foram deslocados de um espaço para outro conforme a conveniência dos seus patrões. Temos em mente que as pessoas se ligam afetivamente com os espaços que ocupam, assim a mudança de um lado para outro implicaria no rompimento ou mudança desses laços.

Ao passo que a Usina foi instalada, dá-se a constituição do povoado Usina Santana – uma aglomeração residencial existente nos entornos da Usina. Essa necessidade de moradia surge por conta da localização da empresa, pois ficava muito longe da malha urbana do período que se limitava ao espaço ocupado entre os rios Poti e Parnaíba, impossibilitando o fluxo diário dos trabalhadores entre uma possível moradia na área urbana e seu local de trabalho na zona rural. Além disso, pode-se perceber uma estratégia empresarial privada, uma vez que a estreita relação entre distância e local de trabalho cria um vínculo de fidelidade sólido na convivência empregado – empregador, denotando a complexidade das relações estabelecidas.

⁴ A partir deste ponto, passamos a nos referir a Usina Santana apenas como Usina.

Teresina ainda era pouco desenvolvida quanto a equipamentos urbanos quando comparamos a malha urbana da cidade no momento da implantação da Usina àquela entre os anos de 1971 e 1980 (NASCIMENTO, 2002). Até a década de 1950 o crescimento da cidade se dá entre os rios Parnaíba e Poti, discussão também levantada por Cristina Cunha de Araújo (2009) ao afirmar que a cidade só começara a atravessar os limites do rio Poti a partir dos anos 60. Do rio Poti até se chegar a Usina é necessário que se percorra cerca de 14 a 16 km, ficando claro que sua instalação se deu em um espaço eminentemente rural. Dessa forma, aqueles que fossem trabalhar na produção de açúcar teriam que se deslocar de maneira quase que permanente para os seus entornos.

No sentido leste da cidade, vamos encontrar os caminhos que levam à Usina e aos povoados que vão surgir por conta de sua atuação, em um meio rural e distante do centro comercial e administrativo da cidade. Desse modo, enfatizamos o argumento acerca da compulsoriedade dos trabalhadores da Usina morarem nos seus arredores, não existindo ainda transportes públicos que permitissem as idas e vindas cotidianas daquele local de trabalho até o centro da cidade.

Como um espaço dentro da cidade, a discussão em torno deste bairro não pode se desvincular daquilo que era proposto para a cidade. No período analisado por Araújo ganha destaque a construção da ponte Juscelino Kubitschek, que foi determinante para permitir que o crescimento urbano de Teresina se intensificasse no sentido leste. A autora ainda diz que “[...] atreladas à ponte outras construções da zona Leste tornaram-se possíveis a começar pela BR-343, que teve seu acesso concluído, e a avenida Frei Serafim. Outro ponto relevante foi o surgimento de bairros na região que até então era denominada de zona do Jockey Clube” (ARAÚJO, 2009, p. 38). A ponte, como aponta Araújo, não apenas viabilizou um acesso mais fácil ao centro da cidade, como também serviu de impulso para outros investimentos.

No final da década de 1960, provavelmente em 1969, após o estouro de uma caldeira, as instalações da Usina ficaram danificadas o que levou seu dono a transferi-las para outro local por volta de 1970-1971, desta vez dois quilômetros mais próximos da área urbana de Teresina naquele ano (CAMPOS, 2010). Com tal mudança de prédio, mudam-se as pessoas. Nesse processo, vê-se o nascimento do Povoado Jardim Europa que mais será chamado de Loteamento Jardim Europa e que é tratado pelas pessoas como sendo o próprio Santana, bem como também o é pelo poder público municipal que ora trata o Jardim Europa como Santana, ora o trata como um ente que é interior ao Santana. A mudança de prédio e a posterior mudança dos moradores está de acordo com o que nos é apresentado por Roberto Lobato Corrêa (2002), segundo o qual “os grandes proprietários industriais e das grandes empresas

comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço” (2002, p. 13).

A instalação da Usina naquela área da cidade não deve ter sido uma escolha sem fundamento. Considerando a atividade exercida pela Usina, ela não poderia ter sido instalada no centro da malha urbana de Teresina, mas em um local que atendesse às suas necessidades, em razão da área que necessitaria para a plantação da cana-de-açúcar, bem como para a instalação da morada dos funcionários, emitindo ressonâncias na maneira como os trabalhadores passaram a ocupar as proximidades da empresa. Nesse sentido, entendemos que os requisitos locacionais deveriam estar ajustados tanto à produção da Usina como à moradia dos trabalhadores.

Encontramos o *Cadastro Industrial do Estado do Piauí*, datado de 1971, onde consta que a Usina possuía o seguinte perfil: “Capital Social: Cr\$ 860.000,00. N.º de empregados diretos: 72. Área Coberta: 4.000 m². Faturamento Anual: Cr\$ 1.374.000,00. Linha de Produção: Açúcar e Álcool. Potência Instalada: 1.500 HP. [...] Produto: Açúcar refinado” (PIAUI, 1971, p. 60, 127). Notemos que o documento aponta uma definição diferente para o produto comercializado pela Usina, ora apontando que ela produz açúcar e álcool, ora apresentando que ela produzia açúcar refinado. Argumentamos, então, que o dado correto seja o referente à produção de açúcar refinado, pois anos depois os donos da Usina solicitam apoio para a produção do álcool no Piauí, como segue:

A Usina Santana encaminhou ao Instituto do Açúcar e do Álcool, no Rio de Janeiro, documento examinando a possibilidade de instalação de uma usina para produção do álcool anidro nesta capital, utilizando a cana-de-açúcar como matéria-prima, ao invés de mandioca, como a que poderá vir a ser instalada no município de Uruçuí. Vários produtores de cana de Teresina assinaram o documento, porque entendem ser a usina elemento necessário ao estímulo da produção de cana na região (USINA Santana quer produção de álcool no Pi. O Dia, p. 1, 30 jul. 1976).

Dessa forma, percebemos que a Usina Santana era líder entre os produtores locais por ser simultaneamente plantadora e consumidora da cana e do açúcar. Nas cercanias do povoado Usina Santana, grandes eram as plantações que estavam sob sua guarda, bem como em seu redor sendo cultivada na vizinhança cujos donos aproveitavam suas terras para o cultivo da cana – negócio bem lucrativo, sobretudo por conta dos custos logísticos serem mínimos devido a proximidade com sua principal consumidora: a Usina.

Quando questionada sobre a origem da cana que era utilizada, a Sra. Adelaide de Sousa Campos (2010) informa que ela “trazia de fora, minino. Era muita cana. Os de fora ajudava a daqui. Aqui tinha muita cana demais. Aqui tudo era brejo, tudo era brejo”

(CAMPOS, 2010) – informação que é ratificada pelo Sr. Antônio Carlos de Sousa Campos (2010) ao dizer que “trazia de fora. Tinha os fornecedores ói. Tinha os fornecedores: Chaguinha [...], comandante Ribamar (dono do São Félix), é... Ari Botelho, Ari Botelho (dono do Ritiro, [...]) fornecedor também, seu Oitin, velho Hermino, velho Hermino” (CAMPOS, 2010). Diante disso, a ação da Usina em encabeçar a implantação do álcool na capital, portanto, tem sólidas justificativas, seguindo a dinâmica de crescimento do Estado, reforçando o discurso desenvolvimentista dos governos da Ditadura Militar no Brasil. Nesse sentido, Cláudia Cristina da Silva Fontineles (2009) chega a afirmar que “a cidade de Teresina contém a sua história e muito da história do Piauí, pois foi escolhida como a principal vitrine das ações governamentais nos dois mandatos de Alberto Tavares Silva” (2009, p. 138-9). No jornal O Dia, encontramos uma imagem da Usina saudando o Presidente Ernesto Geisel que estava em visita ao Piauí, como mostramos abaixo.



FIGURA 1: Usina Santana saúda o Presidente Ernesto Geisel.
 FONTE: USINA Santana S.A. O Dia, Teresina, p. 9, 6 fev. 1975.

A imagem acima não só informa que a Usina saúda o Presidente da República por sua visita ao Estado, mas também nos conta como o empreendimento utiliza-se do fato de ser o único produtor de açúcar e álcool no Estado como reforçador de sua importância para a sociedade piauiense. A busca de verbas para financiar o aumento de sua produção era uma prática que a Usina utilizava desde o início da década de 1970. Em 1972, quando a empresa teve como diretores os industriais Aluisio Costa Raimundo Paixão, buscou-se o financiamento do Banco do Brasil (BB) por meio de sua carteira agrícola. Na imagem abaixo, podemos ver os dois industriais sentados à mesa do lado esquerdo da fotografia e o Gerente do BB, o Sr. Odin Gomes dos Reis.



FIGURA 2: Assinatura de Contrato de Crédito com o Banco do Brasil
 FONTE: BANCO do Brasil destinou recursos a Usina Santana. O Dia, Teresina, p. 5, 4 jan. 1972.

Sobre esse momento, o jornal informa que o Banco do Brasil estava financiando desde grandes a pequenos empreendimentos, o que nos lembra as palavras de Monte, pois a autora destaca que na década de 1970 havia muitos discursos que defendiam a necessidade de industrializar o Piauí. Desse modo, a notícia também cumpria aos objetivos governamentais dando uma resposta aos anseios industriais se tivermos em mente que a imprensa durante a Ditadura Militar sofria censura; por outro lado a matéria pode ter sido construída por partidários do regime que almejavam a sua legitimação transmitindo para a sociedade a ideia de que o regime agia favorecia diversos segmentos sociais. Assim, precisamos questionar o que os jornais contam. Sobre o financiamento para a Usina, o jornal segue contando que a “A Agência local do Banco do Brasil e a Usina Santana S. A. assinaram contrato de financiamento, destinando o BB recursos na ordem de 750 mil cruzeiros para melhorar e aumentar a produção açucareira da Usina, para o ano de 1972” (BANCO do Brasil destinou recursos a Usina Santana. O Dia. Teresina, p. 5, 4 jan. 1972).

Avançando em nosso recorte temporal, percebemos que no contexto pós-governo de Alberto Silva a Usina buscará seu fortalecimento pela diversificação de sua produção, podendo, assim, atingir outro mercado consumidor. A busca do apoio do governo e sua possível concordância para ajudar poderia contribuir, dentre outros resultados, para a imagem de que Teresina não interrompera seu crescimento. Fontineles afirma que Alberto Silva se mantém vivo na memória da cidade por empreendedorismo, sendo recorrentes as comparações entre o governo de seu sucessor Dirceu Mendes Arcoverde e o seu. Para a autora, Teresina “tornou-se o palco privilegiado dos sonhos e desejos, mas também dos embates em relação aos caminhos trilhados pelo Piauí, sendo considerada a locomotiva do progresso que conduziria o Estado rumo à modernidade” (FONTINELES, 2009, p. 141). Esse

discurso de progresso e desenvolvimento é recorrente, principalmente por que os governos militares ansiavam por colocar o Brasil na onda do desenvolvimento mundial. Nesse sentido, era necessário “fabricar a imagem de um país que procurava se inserir no cenário econômico mundial, o que demandava tornar-se moderno” (ARAÚJO, 2009, p. 16).

Dessa forma, esse projeto de modernização que se queria tomará diversas formas. Em Teresina, o reflexo dessa política governamental vai fazer surgir o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) (OLIVEIRA, 1969). Sobre esse plano, Francisco Alcides do Nascimento (2007) afirma que “especialistas o avaliaram como inadequado à realidade local, mas com ele surgiu a primeira lei de zoneamento da cidade, que não foi aplicada, exceto alguns projetos de infraestrutura urbana com pequeno implemento do padrão de vida na cidade” (2007, p. 206-7). A não aplicação do PDLI deve ter ocorrido, dentre outros motivos, pela falta de articulação com os órgãos em nível federal e estadual.

Esses diferentes projetos por vezes, serviam como forma de inscrever na história do Piauí e da cidade, o nome de políticos e suas ações, deixando marcas profundas na organização do espaço de Teresina. Exemplo disso foram os governos de Alberto Tavares Silva, mantidos entre o recinto do elogio e da crítica (FONTINELES, 2009). Independe dessas intervenções, os gestores públicos municipais de Teresina não vão deixar de buscar meios para alcançar o desenvolvimento propagado pelos discursos políticos, mesmo que para isso fosse necessário o redirecionamento de verbas do interior para a capital. Assim, retomando a discussão sobre a instalação da produção de álcool na Usina, notamos que nas entrelinhas do discurso de modernização que permanece presente na cidade nos anos 70 (FONTINELES, 2009; MONTE, 2010), estava ali inserido o interesse no deslocamento de verbas que seriam aplicadas no sul do Estado, para aplicação na capital. A presença da capital no norte do Piauí, desde a sua transferência da cidade de Oeiras para a Vila do Poti, redirecionou paulatinamente a aplicação de verbas no Estado (GANDARA, 2010). Aqui se percebe uma intencionalidade neste sentido, à medida que se mostra o favorecimento dos produtores de cana em detrimento dos produtores de mandioca em Uruçuí, no sul do Piauí.

Poucos anos depois dessa disputa por investimentos, veremos nascer próximo à Usina um novo povoado. O *Perfil da Zona Rural de Teresina* (1995) nos traz informações significativas sobre o início da formação desta localidade. Se referindo a um período de quase duas décadas anterior à sua publicação, o documento informa que o “povoado originou-se do Povoado Usina Santana. É um loteamento residencial popular, com características urbanas. [...]” (TERESINA, 1995, p. 48). Destacamos como o autor enfatiza o fato de que o Jardim Europa originou-se do povoado Usina Santana, fazendo perceber não a íntima relação entre os

povoados e o processo migratório que aconteceu de um a outro. O Jardim Europa nasce nos entornos do novo prédio da Usina, mudando não apenas o local da produção, mas também o local das moradias. Esse fato reforça a ideia de que a Usina exercia influência sobre as pessoas, estendendo suas relações ao espaço do privado.

Para entender melhor esse processo, fizemos uso de maneira significativa da metodologia da história oral para fundamentar esta argumentação. Destacamos o termo processo, pois a mudança dos moradores não aconteceu em um “estalar de dedos”, mas foi uma transformação ao longo dos anos 70 e 80. Deste modo, concordamos com Gwyn Prins (1992), pois não consideramos que a fonte oral seja apenas uma fonte auxiliar. Entendemos que assim como a fonte escrita, a fonte oral pode fazer surgir novas possibilidades de olhar nosso objeto de análise, como o tem feito neste trabalho.

Seguindo esta perspectiva, concordamos com o posicionamento de Sandra Jatahy Pesavento (2007), vendo nas fontes orais recursos que permitem ao historiador ter acesso a depoimentos e relatos de memória. Dessa forma, a autora acrescenta:

E, para além da palavra escrita, há aquela da oralidade, que implica outra forma de dizer a cidade, através do som e das palavras ditas. Entram em cena, assim, os recursos de uma história oral, recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela reminiscência, transmitido no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado. Fala-se e conta-se, então, dos mortos, dos lugares que não mais existem, de sociabilidades e ritos já desaparecidos, de formas de falar desusadas, de valores desatualizados. Traz-se ao momento do agora, de certa forma, o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existem (PESAVENTO, 2007, p. 20).

Nesse sentido, a história oral possibilita que o historiador desenvolva sua narrativa ao utilizar dessas reminiscências do passado trazidas ao presente no evocar do entrevistado. Assim, o ato de analisar o passado do Santana foi conduzido a partir do uso de uma diversidade metodológica permitindo-se que se conheça as práticas desenvolvidas nas experiências de um vivido que passou, e que se desenrolaram envolvidas nas tramas do poderoso empreendimento que foi a Usina. Acerca da discussão em torno da mudança de prédio da empresa, destacamos a fala do Sr. Antônio Carlos, o qual relata que após a mudança de prédio da Usina e a sua compra por um grupo da Paraíba, Ivan Santiago – filho do então dono do empreendimento, Fernando Santiago, assim procedeu:

Com a passage de lá pra cá, da santana velha pra cá, ele já declarando já falência não tinha mais outra coisa loteou o Jardim Europa. Ele loteou o Jardim Europa pra ir mantendo suas dívidas, né. Aí quando ele loteou, ele

criou a Imobiliária Jardim Europa. Ele criou a imobiliária Jardim Europa, essa imobiliária Jardim Europa tinha recibo, tinha tudo (CAMPOS, 2010).

Essa fala é significativa, pois mostra as estratégias do dirigente da Usina buscando a sobrevivência da empresa. Para isso, criou um outro empreendimento para gerar lucros e manter sua produção e os trabalhadores que dela dependiam. Ao mesmo tempo, sua decisão terá um reflexo importantíssimo na (re)organização espacial da região naquele momento, direcionando o sentido de seu crescimento urbanístico dali por diante. Assim, a criação do Jardim Europa terá um duplo papel: alocar os trabalhadores vindos das terras próximas ao antigo prédio da Usina, como também servir de gerador de renda para pagar parte das dívidas. Desse modo, a criação do loteamento muda não apenas a fisionomia do espaço, mas os referenciais daqueles que o habitam.

Destacamos assim, que a “forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade. No próprio decorrer da vida de um homem, a cidade muda de fisionomia em volta dele, as referências não são as mesmas” (ROSSI, 2001, p. 57). O Santana, assim como a cidade que o abriga, possui uma forma própria de seu tempo, fazendo com que percebamos a importância de estudos como este, entendendo que o movimento de (re)organização espacial do bairro interfere nos referenciais de lugar que se criam em torno do espaço que se habita.

Sobre o momento de criação do loteamento que será denominado de Jardim Europa, ouvimos também o relato da Sra. Adelaide. Ela chegou no bairro no momento em que ocorria a divisão dos lotes. Assim, ela nos informa: “quiseram fazer as pessoas ir pagar. Fizeram uns carnezin pros funcionário ir pagando aos pouco. Mais aí acontece que ninguém num pagô nada. Ainda hoje a gente mora aqui” (CAMPOS, 2010). Essa informação demonstra como a criação do Jardim Europa nasce como uma forma de levantar dinheiro e, de certa forma, poderia também servir para regularizar a situação fundiária dos trabalhadores que já ocupavam as terras da Usina. Tais práticas, desveladas pela fala da Sra. Adelaide, interferiam não apenas na organização espacial do bairro, (re)configurando as áreas de morada frente às áreas de produção, mas também na vida das pessoas que participavam deste processo. Sobre esse mesmo carnê, uma outra entrevistada – a Sra. Antônia Rosa Araújo de Sousa (2010) – nos conta que “pagava. Quando o Chico trabalhava lá, ele deu aquele carnezin. Não sei nem onde entrou. Ainda ficamos devendo 7 cruzeiros naquela época. Ficamos devendo, ai foi embora e acabou” (SOUSA, 2010). Desse modo, a Sra. Antônia Rosa ratifica a informação de que o loteamento foi criado como manobra para levantar dinheiro para ser investido na Usina.

Notemos que a mudança de prédio referida foi realizada pelos donos anteriores, já que apenas em 1978 a Usina foi comprada pelos Santiagos, não sendo eles os responsáveis pela mudança de prédio e sim continuadores do processo de mudança do local das habitações impulsionando a migração das pessoas para o Jardim Europa. O Jornal do Piauí traz uma matéria sobre a compra realizada em Teresina no fim da década de 1970, assim relatando:

[...] foi negociada com um grupo forte da Paraíba, tendo à frente o Industrial o Sr. Fernando Santiago que veio especialmente a esse fim a Teresina, acompanhado do advogado Valter Arcoverde, a secular Usina Santana, cuja tradição integra o patrimônio do Piauí. A transação que foi operada pela soma de 35 milhões de cruzeiros, livra a empresa de uma ameaçada falência e tranquilizar dezenas de operários que sentiam-se ameaçados com o desemprego enquanto a safra também estava sofrendo uma ameaça de colapso (PARAIBANOS compraram a Usina Santana. Jornal do Piauí, Teresina, 29/30 de abril de 1978).

Esse momento é mostrado como a solução para os problemas da empresa, livrando-a da falência, denotando o mal estar pelo qual o empreendimento já passava e que, até certo ponto, justificara a criação do Jardim Europa. É no cerne desses acontecimentos que a empresa passa às mãos do grupo paraibano, que tomam decisões em uma tentativa de sanar os problemas. Ao tentar salvar a Usina, o Sr. Ivan faz nascer um novo povoado⁵ com características urbanas em um meio rural, na passagem dos anos 70 para os 80. Esse fato, nos faz lembrar de Corrêa quando indica como os usos que se fazem do espaço urbano interferem em sua produção. Segundo o autor,

[...] Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 2002, p. 7).

Embora a fala de Corrêa se refira ao espaço urbano, percebemos como no espaço rural esses usos também definem áreas. Essa reflexão nos faz olhar como a cidade vai se organizando conforme os usos que as pessoas fazem do espaço ocupado ou não, definindo áreas de maior ou menor concentração de renda e fluxo de atividades. No caso do Santana, sua organização como bairro depende diretamente do uso que o dono da terra faz. Desse modo, podemos perceber como existem cidades dentro de uma mesma cidade e que os bairros se formam permeados por interesses nem sempre bem definidos (ROLNIK, 2004).

⁵O termo *povoado* é usado pela Prefeitura de Teresina para se referir a um aglomerado de pessoas que vivem na zona rural. Quando o status da região muda de rural para urbano, a região passa a ser denominada de loteamento.

Assim, a “cidade é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecidos na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície datada” (PESAVENTO, 2007, p. 15). Tal perspectiva ajuda a compreender o Santana como um bairro construído em uma temporalidade definida, interferindo na natureza, (re)fabricando-a a partir dos referenciais que expressam a materialidade do tempo em que decorre o processo de mudança na paisagem. De forma que o Santana deve ser compreendido dentro da complexidade do fluxo de atividades que marcam os espaços. Seguindo esse viés, concordamos com Joan Vicent (1987), pois a autora não percebe o rural como um espaço estático, parado, mas dinâmico. De fato, a autora vê o rural como um ambiente onde o movimento é processual. Para a autora,

[...] A perspectiva comum que historiadores e antropólogos sociais atingiram quando começaram a determinar fases na transformação da sociedade agrária – primeiro na Europa, e agora nos países do Terceiro Mundo – é consequência do reconhecimento conjunto da ação individual, da pressão de pessoas sobre pessoas, e de uma concepção de tempo, frequência e fluxo – de uma consciência de processo, em suma (VICENT, 1987, p. 397).

Desse modo, as mudanças que acontecem no espaço compreendido pelos povoados Santana e Jardim Europa – e que posteriormente o poder público municipal chamará homogeneamente de Santana, fazem parte de um processo histórico. A dinâmica que envolve o fluxo mercantil da Usina, faz com que se perceba que esses indivíduos estão “em movimento, tanto social como geográfico” (VICENT, 1987, p. 383). Corrêa corrobora com essa discussão, ao destacar que a produção do espaço sofre a interferência de vários agentes. São eles: “(a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 2002, p. 12). De maneira que percebemos como o Jardim Europa é construção destes agentes, sendo fruto da intervenção direta da ação do primeiro elemento apontado, os grandes industriais.

Percebemos no Santana um fluxo de ações e atividades que mesmo estando em um espaço rural, não deixam de estar em acordo com o que é apontado como práticas da urbe, situação que revela a complexidade da integração entre o rural e o urbano. Segundo Maria Lúcia Falconi Bernadelli (2010):

Entendemos que a importância dessas relações entre urbano e rural é essencial, pois caso privilegiamos as diferenças e desconsideremos as relações existentes entre os espaços, será difícil conseguirmos estabelecer proposições e políticas adequadas, seja para o meio rural, seja para o urbano, pois ambos devem ser analisados em suas particularidades, dinâmicas e

papéis que desempenham, bem como em suas complementaridades (BERNADELLI, 2010, p. 44).

A autora destaca a especificidade do rural, mas também a sua complementaridade, tornando necessário que olhemos para as relações que permeiam a localidade analisada, tendo em vista que ela não se restringe às delimitações de rural e urbano. Nesse sentido, ao tratar do meio rural brasileiro na década de 1980, Arilson da Silva Favareto (2007) afirma que “[...] as transformações econômicas, o processo de modernização da produção e a crescente integração dos mercados levaram, ao fim de um tipo específico de ruralidade, aquela que já foi chamada [...] de sociedades camponesas” (2007, p. 177). Dessa forma, o autor aponta a necessidade uma análise que extrapole antigas classificações do rural, que ora o trata pela ótica agrícola, ora pela viés da industrialização do país nas últimas décadas do século XX.

É necessário também olhar para a especificidade da região que analisamos, destacando-se a ação dos grandes industriais. No entanto, mesmo a ação de um grande industrial sofre intervenções e sanções, pois devem estar dentro de um marco regulatório jurídico que legitime a sua atuação. Segundo Corrêa, este “marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante” (2002, p. 12). Nesse caso, a ação do industrial Ivan vai de encontro ao marco regulatório jurídico imposto pela Prefeitura de Teresina naquele momento. A venda de lotes foi interrompida, conforme nos conta o Sr. Antônio Carlos:

Aí quando começou a vender a Prefeitura chegou e barrou. Por que que barrou? Por que naquele tempo existia uma lei que proibia fazer lote rural de dez por vinte e cinco. [...]. Ai a Prefeitura privou. Ai muita gente ele já teve foi que devolver o dinheiro, pra muita gente que tinha comprado particular. Ai ficou o loteamento empancado, empacado na Justiça tentando liberar, tentando liberar, por que o usineiro tinha toc de marca⁶ dentro do judicial né lutando com uma liminar, com uma coisa pra liberar (CAMPOS, 2010).

A intervenção da Prefeitura, dessa forma, representou um obstáculo para a tentativa de diminuir suas perdas, representando mais um revés econômico, pois como afirma o Sr. Antônio Carlos, ele acabou por devolver o dinheiro dos compradores. Ainda segundo o relato, o proprietário teria vendido as terras onde ficavam o antigo prédio da Usina, transferindo para o Jardim Europa por completo os moradores que ainda residiam no antigo povoado. Depois desse fato, ele ainda teria perdido uma outra parte das terras em uma aposta de cavalos, trazendo de vez a porção dos trabalhadores e moradores que ainda não estavam no Jardim

⁶ Expressão utilizada pelo entrevistado para nos passar a ideia de que o Usineiro tinha influência junto aos integrantes do sistema judiciário piauiense.

Europa. Se a aposta realmente aconteceu, parece conveniente que os antigos moradores não fossem aceitos pelo novo proprietário, sobretudo por que a relação entre morador e proprietário tende a ficar conflituosa quando não existe aproximação entre as partes.

Considerações Finais

O deslocamento do prédio da Usina não implicava necessariamente em mudança da população. A estratégia de vender um novo loteamento, colocada em prática por Ivan Santiago, possivelmente se deu no sentido de também aproveitar um movimento que trazia pessoas para a região e que não tinham ligação com a Usina. Lembremos que o alcance da influência da Usina ia além dos seus entornos espaciais, pois ela possuía toda uma rede de fornecedores que estavam alocados em terras próximas.

Com a impossibilidade da venda dos lotes no tamanho desejado, parece-nos que sua opção foi fazer uma venda das terras antes ocupadas pelos primeiro prédio da Usina, aí sim dentro dos limites do marco regulatório jurídico, alojando as pessoas que estavam no antigo povoado Usina Santana no espaço que havia sido reservado ao Jardim Europa.

Dessa forma, foi possível compreender como a ação da Usina Santana e dos industriais que estiveram à sua frente foram determinantes para a (re)organização espacial da região, deslocando e forçando (re)construções nos laços afetivos que os moradores construam com o espaço habitado.

Referências

ARAUJO, C. C. de. **Trilhas e estradas: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980)**. 128 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

BASTOS, C. de A. **Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – PMT, 1994.

BERNADELLI, M. L. F. da H.. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-52.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FAVARETO, A. da S. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Ruris**. v. 1, n. 1, 2007. p. 157-192.

FONTINELES, C. C. da S. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí.** 374 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.

GANDARA, G. S. **Rio Parnaíba – Cidades-beira (1850-1950).** Teresina: EDUFPI, 2010.

MAYOL, P. O bairro. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.p. 35-185.

MONTE, R. L. **A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970.** 235 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NASCIMENTO, F. A. do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História.** n. 53, v. 27, São Paulo, 2007, p. 195-214.

NASCIMENTO, F. A. do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945).** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História.** v. 27, n. 53, 2007. p. 11-23.

PRINS, G. História Oral. In: BURKE, P. (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 163-198.

ROLNIK, R. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROSSI, A. **A Arquitetura da cidade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VICENT, J. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos.** São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 375-402.

Fontes

BANCO do Brasil destinou recursos a Usina Santana. **O Dia,** Teresina, p. 5, 4 jan. 1972.

CAMPOS, Adelaide de Sousa. **Entrevista concedida a Thiago Coelho Silveira.** 19 set. 2010.

CAMPOS, Antônio Carlos de Sousa. **Entrevista concedida a Thiago Coelho Silveira.** 19 set. 2010.

OLIVEIRA, Newton (Coord.). **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina.** Teresina: COPLAN S/A, 1969.

PARAIBANOS compraram a Usina Santana. **Jornal do Piauí**, Teresina, 29/30 de abril de 1978.

PIAUI. **Cadastro Industrial do Piauí**. Teresina: Fomento Industrial do Piauí S/A (FOMINPI) – Núcleo de Assistência Industrial, 1971.

SOUSA, Antônia Rosa Araújo. **Entrevista concedida a Thiago Coelho Silveira**. 10 jan. 2013.

TERESINA. **Perfil da Zona Rural de Teresina**. Teresina: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, 1995.

USINA Santana S.A. **O Dia**, Teresina, p. 9, 6 fev. 1975.